

NASCEU O CONSELHO NACIONAL DAS CONFEDERAÇÕES PATRONAIS

Fundos europeus são o cimento que junta patrões à mesma mesa

"O PRR é só um dos pacotes de fundos a que Portugal terá direito. Dos 61 mil milhões de euros totais, só 15% a 17% é que serão para as empresas, o resto está destinado ao Estado", diz António Saraiva.

JOÃO MARCELINO
jmarcelino@jornaleconomico.pt

Há pelo menos 61 mil milhões de razões para que as cinco principais confederações do tecido económico português se tenham decidido juntar no Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP). Essas razões somam o montante dos fundos comunitários a que Portugal terá direito durante a presente década - no âmbito do programa PT2020, ainda a decorrer (11,2 mil milhões de euros); do Quadro Plurianual, o PT2030 (33,6 mil milhões de euros) e do Programa de Recuperação e Resiliência (16,4 mil milhões de subvenções). Além deste dinheiro, a fundo perdido, no PRR ainda há a possibilidade de aceder a 14,2 mil milhões de euros de empréstimos.

Este é o poderoso cimento que juntou na Culturgest, na passada terça-feira, os líderes de cinco principais confederações patronais: António Saraiva, pela Indústria (CIP); Francisco Calheiros, pelo Turismo (CTP); Oliveira e Sousa, pela Agricultura (CAP); Vieira Lopes, pelo Comércio e Serviços (CCP) e Reis Campos, pela Construção e Imobiliário (CPCIL).

"O PRR, o novo programa de fundos europeus e o estarmos a sair do período de pandemia, com perspectiva de recuperação, é um dos motivos importantes que nos junta neste momento", reconhece Vieira Lopes, que acrescenta: "Temos de encontrar respostas globais e transversais a toda a economia".

Oliveira e Sousa, primeiro porta-voz do movimento, já o tinha dito na intervenção que leu em nome de todos no acto da fundação do CNCP. "Os fundos europeus, no quadro de um Programa de Recuperação centrado na Resiliência, transição verde e transição digital, deverão ser prioritariamente alocados ao apoio a estratégias empresariais com estes objetivos. Uma melhor incidência da repartição de verbas no âmbito do PRR será um motor deste designio", disse, dando o mote às críticas que António Saraiva não perde uma oportunidade de recordar: "O PRR é só um dos pacotes de fundos a que Portugal terá direito. E, dos 61 mil milhões totais, só 15%/17% é que serão para as em-

presas, o resto está destinado ao Estado", refere, detalhando também as contas programa a programa.

Sé reuniões necessárias

No CNCP, que não terá autonomia, sede ou sequer um conselho diretivo, sentam-se sectores com apreciações muito diferentes do PRR. Reis Campos, da Construção e Imobiliário, a única destas Confederações que não tem lugar no Conselho Permanente da Concertação Social, já disse que o sector que representa não tem queixas a apresentar. As obras virão de ambos os lados, público e privado.

No pólo oposto está o Turismo. Francisco Calheiros ouviu há poucos dias a secretária de Estado Rita Marques reafirmar que o Turismo não está no PRR porque o sector "não precisa de reformas estruturais" mas que haverá um "plano específico" do qual não se conhecem ainda as principais linhas. Continua à espera.

"O funcionamento do CNCP é sui generis". "Reunirá apenas quando houver necessidade de todos se juntarem a uma só voz e assumirem uma posição concertada", explica Oliveira e Sousa, o primeiro porta-voz. "Começou, por ordem alfabética, pela Agricultura, representada por mim e a próxima coordenação caberá ao Comércio, e a Vieira Lopes", esclarece.

O unitário das vozes

Vários dos integrantes deste movimento acalentam a esperança de que ele venha a transformar-se, num futuro não muito distante, na principal central patronal portuguesa (ver peça na página ao lado), aglutinando todos os interesses que hoje estão em organizações independentes umas das outras.

Vieira Lopes, o líder mais cauteloso nesta visão, faz questão de salientar: "Cada confederação manterá a sua autonomia e a sua capacidade de intervenção pública, pensando do nós que cada vez mais iremos encontrando temas mais comuns. Haverá intervenções públicas apenas naquelas áreas em que encontremos um consenso efetivo entre as cinco confederações". Oliveira e Sousa reafirma, porque é suposto que não haja desconfinanças: "Continuaremos independentes. Este organismo não é um organismo. É apenas um ir de vozes".

Crescimento económico

O ponto de encontro das agendas mobilizadoras do CNCP serão os projectos e investimentos que fazem Portugal vencer o desafio da competitividade e do crescimento económico, na óptica dos patrões portugueses, e enfrentar as transições climática e digital. "A requalificação dos nossos recursos humanos é um excelente ponto de união, não só entre nós mas de todo o País. Toda a gente quer isso, do governo aos sindicatos. Faz a unanimidade. Pensamos que sozinhos vamos mais depressa esquecendo que juntos vamos invariavelmente mais longe. É por isso que aqui estamos: para juntos irmos mais longe", diz também

António Saraiva. Reis Campos acrescenta que "a conjuntura pedem-nos ações diferentes". "As confederações - acrescenta - têm autonomia própria mas há problemas comuns, transversais. Nesses, com uma só voz teremos outra força, outro poder. Neste momento, precisamos da mobilização global no interesse das empresas de todos os sectores. É isso que pretendemos: ser mais fortes no futuro mas atender à situação particular que temos. Há urgência neste momento".

Oliveira e Sousa resume: "Precisamos de mais crescimento e de melhores empresas, empresas maiores, mais qualificação no emprego para que haja evolução salarial". Objectivos políticos? A resposta é unânime: nem pensar. "Apenas queremos ser a voz do sector empresarial de todo o País", afirma o porta-voz.

"Precisamos de mais crescimento e de melhores empresas. E não temos objetivos políticos. Apenas queremos ser a voz do sector empresarial", diz Oliveira e Sousa, o primeiro porta-voz do CNCP

Turismo britânico

À margem da reunião, Francisco Calheiros congratulou-se com a notícia da abertura do corredor turístico do Reino Unido para Portugal. "Lembro que todos os turistas têm de trazer um documento com um teste negativo à Covid-19 realizado nas 48 horas anteriores", disse, para salientar os poucos riscos que o País corre em termos de Saúde. "Esses turistas fazem-nos muita falta", reconheceu. ●



FRANCISCO CALHEIROS
(Turismo)



ANTÓNIO SARAIVA
(Indústria)



OLIVEIRA E SOUSA
(Agricultura)

A CTP, Confederação do Turismo de Portugal, é o organismo de cúpula do associativismo empresarial do sector do turismo, representando a totalidade das associações empresariais da actividade turística nacional. Antes da pandemia, o sector valia cerca de 323 mil postos de trabalho e gerava 15 mil milhões de euros de receita.

A CIP, Confederação Empresarial de Portugal, representa 150 mil empresas, que empregam 1,8 milhões de pessoas e são responsáveis por um volume total de negócios equivalente a 71% do PIB. Para além de diversas Federações, Unões, Associações e Câmaras admite empresas cujo volume de negócios é igual ou superior a 50 milhões.

A CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal, agrupa 250 organizações, entre Federações, Adogas, Cooperativas e Associações Regionais e Técnicas correspondentes às principais zonas agrícolas. Nos últimos 15 anos tem assumido a representação de Portugal junto da Comissão Europeia. Tem delegação permanente em Bruxelas.



Jornal Económico
/ ECONOMIA
21-05-2021

Periodicidade: **Semanal**
Classe: **Economia/Negócios**
Âmbito: **Nacional**
Pagina(s): **6,7**



JOÃO VIEIRA LOPES
(Comércio)

A CCP, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, filia cerca de uma centena de associações de três categorias: Regionais, Sectoriais e de Serviços. Representa mais de 200 mil empresas e 1,4 milhões de empregos, assumindo que os serviços têm um peso crescente nas exportações portuguesas e na economia global.



REIS CAMPOS
(Construção)

A CPCI, Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário, representa todos os sectores de actividade que convergem na construção. São cerca de 200 mil empresas de um sector responsável por 18% do PIB e por 49,7% do investimento nacional, assegurando cerca de 800 mil postos de trabalho, ou seja, 15% do emprego.